



**SEMED Palmas**  
*Orientador Educacional*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Análise global do texto .....	1
Acentuação gráfica.....	3
Discurso direto e indireto.....	5
Emprego das Classes Gramaticais .....	9
Estruturação do texto e dos parágrafos .....	18
recursos de coesão E COERÊNCIA.....	19
Figuras e funções da linguagem .....	21
Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo.....	28
Gêneros textuais .....	31
Interpretação de textos: variedade de textos e adequação de linguagem.....	42
Informações literais e inferências .....	43
Linguística Geral.....	43
Ortografia.....	44
Pontuação .....	45
Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe: Termos da oração.....	49
Regência verbal e nominal .....	54
Relações entre fonemas e grafias.....	57
Significação contextual de palavras e expressões.....	58
Redação de correspondências oficiais.....	59
Exercícios .....	77
Gabarito.....	89

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE TOCANTINS

Geopolítica do Tocantins. Povoamento e expansão através da exploração do ouro, da navegação, das atividades de mineração e da agropecuária .....	1
O processo de criação do Estado e suas diferentes fases (períodos Colonial, Imperial e Republicano) .....	7
A construção da Rodovia Federal BR-153 e seus impactos na economia e sociedade tocantinenses .....	10

# SUMÁRIO



Organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....	11
Hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes. Patrimônio histórico e cultural, manifestações culturais. Movimentos políticos. Estudos da população e sua dinâmica populacional, migração, estrutura etária. Indígenas e quilombolas. Vegetação, clima, hidrografia e relevo. Matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte. Unidades de conservação .....	14
História, Geografia e Geopolítica de Palmas: formação, localização geográfica e divisão política, vegetação, hidrografia e clima, meio ambiente e população. Urbanização e sociedade. Poderes: judiciário, legislativo e executivo. Símbolos: brasão, bandeira e hino. Patrimônio histórico .....	31
Questões .....	37
Gabarito.....	40

## LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PALMAS/ TO

Lei Orgânica do Município de Palmas, Disposições Preliminares: Do Município, Da Competência, Das Vedações; Da Organização dos Poderes: Do Processo Legislativo: Disposições Gerais, Das Emendas à Lei Orgânica, Das Leis, Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial; Do Poder Executivo: Das Atribuições do Prefeito, Das Atribuições dos Secretários Municipais, Procuradoria Geral do Município; Da Organização do Governo Municipal: Da Administração Municipal, Do Registro dos Atos Administrativos, Dos Bens Municipais.....	1
Lei Nº 2998 de 30 de novembro de 2023.....	48
Exercícios .....	63
Gabarito.....	67

## LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Programa Escola em Tempo Integral: Lei 14640/2023 .....	1
Ensino fundamental de 9 anos: Legislação e estruturação do trabalho pedagógico .....	4
Lei 13.005/2014: Plano Nacional de Educação .....	17
Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/1990 .....	40
Constituição Federal .....	106
Lei 9.394/ 96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	106
Sistemas de Ensino no Brasil.....	137
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil .....	137



Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil .....	141
Fundamentos Legais da Educação Inclusiva .....	141
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva .....	142
Base Nacional Comum Curricular - BNCC .....	150
Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena/2013 .....	194
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos .....	194
Plano Municipal de Educação .....	195
Portaria n.º 506/2024 .....	197
Decreto N.º 11.556/2023 .....	202
Lei n.º 14.113/2020 .....	208
EJA: Resolução CNE n.º 01/2021 .....	231
Questões .....	237
Gabarito .....	243

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ação pedagógica, família e comunidade: aspectos históricos, filosóficos e sociológicos da educação básica contemporânea. ....	1
Base Nacional Comum Curricular. ....	2
Currículo e planejamento da ação pedagógica e currículo adaptado. ....	2
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. ....	3
Desenvolvimento da criança e do adolescente. Desenvolvimento Neurobiológico, cognitivo e psicossocial. ....	16
Dificuldades de Aprendizagem. ....	17
Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. ....	19
Evasão Escolar. ....	27
Mediação educativa e diagnóstico pedagógico. ....	28
Integração escola-família-comunidade. ....	29
Orientação Educacional e a formação do sujeito. ....	37
Orientação pedagógica e projeto de vida. ....	38
Organização e gestão do trabalho pedagógico na escola. Organização, estrutura e funcionamento de espaços educativos nas dimensões pedagógicas, administrativas, artísticas e culturais. ....	41
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. ....	42
Gestão escolar democrática. ....	43
Projetos pedagógicos e currículo oculto. ....	43
Projeto Político-Pedagógico. ....	45

# SUMÁRIO



Legislação da Educação. ....	56
Processos de ensino-aprendizagem. ....	57
Projetos pedagógicos ....	61
Planejamento de aula. ....	62
Interdisciplinaridade, Pluridisciplinaridade, Transdisciplinaridade e Multidisciplinaridade.....	68
Plano Nacional de Educação. ....	69
Plano Municipal de Educação. ....	69
Prevenção, resolução e mediação de problemas disciplinares. ....	69
Aspectos críticos, sociais, políticos e de aplicabilidade de tecnologias digitais na educação.....	70
Teorias Educacionais e Concepções pedagógicas. ....	71
Saúde da criança e do adolescente. ....	78
Relações de trabalho e participação nos processos decisórios. ....	81
Ética e sociodiversidade: multiculturalismo, cuidado e inclusão .....	82
Pesquisa como instrumento de trabalho e inovação educacional. ....	84
Sociabilidade e exercício da cidadania. ....	85
Teoria da Complexidade em Educação. ....	86
Educação e Reprodução Social. ....	87
Documentos Curriculares do Estado do Tocantins.....	88
Exercícios.....	88
Gabarito.....	96

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



### Aspectos históricos, sociais e culturais de Tocantins

#### *Desbravamento e Povoamento da Região*

O Tocantins é o mais novo dos estados brasileiros. Foi criado em 1988, com a promulgação da Constituição brasileira. Antes, as terras que hoje correspondem ao território do Tocantins faziam parte do estado de Goiás.

Antes da colonização, o território do Tocantins era ocupado pelos índios Xingus e Txucarramães.

A colonização do Brasil se deu dentro do contexto da política mercantilista do século XVI que via no comércio a principal forma de acumulação de capital, garantido, principalmente, através da posse de colônias e de metais preciosos. A partir das Grandes Navegações, iniciadas no século XV, começa a constituição de impérios coloniais na América.

Além de desbravar, explorar e povoar novas terras os colonizadores tinham também uma justificativa ideológica: a expansão da fé cristã.

A colônia brasileira, administrada política e economicamente pela metrópole, tinha como função fornecer produtos tropicais e/ou metais preciosos e consumir produtos metropolitanos. Portugal, então, iniciou a colonização pela costa privilegiando a cana de açúcar como principal produto de exportação (Pacto Colonial).

Foram os franceses quem descobriram o rio Tocantins ao encontrarem sua foz, explorando-o entre os anos de 1610 e 1613. O rio Tocantins foi um dos caminhos para o conhecimento e exploração da região onde hoje se localiza o Estado do Tocantins. Nasce no Planalto Central de Goiás e corta, no sentido sul-norte, todo o território do atual Estado do Tocantins.

A catequese dos nativos foi deixada a cargo do padre capuchinho francês Yves d'Evreus. Na área hoje compreendida pelos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Amazonas e com a ajuda dos índios Tupinambás tiveram a pretensão de colonizar a Amazônia: foi a chamada *França Equinocial*. Nessa época não havia nem a vila de Belém, nem as capitanias do Maranhão e Pará. Eles subiram o Rio Tocantins pela foz, foram aprendendo a língua e os hábitos dos indígenas da região e fundaram feitorias no Baixo e Médio Tocantins e Alto Araguaia.

Só mais de quinze anos depois dos franceses foi que os portugueses iniciaram a colonização da região pela "decidida ação dos jesuítas". Eram as chamadas *descidas*, movimentos de penetração do interior realizados pelos jesuítas e incluídos, por alguns autores, no contexto do *movimento bandeirante*. E ainda no século XVII os padres da Companhia de Jesus fundaram as aldeias missionárias da *Palma* (atual Paranã) e do *Duro* (atual Dianópolis).

Impossibilitado de penetrar no território pela vigência do Tratado de Tordesilhas, Portugal contratou secretamente expedições particulares, as *Bandeiras*. Os bandeirantes eram mercenários que, saindo da Capitania de São Paulo, iam à busca de riquezas, seja na forma de índios para a escravização, seja na forma de ouro ou no pagamento por serviços prestados.

A primeira bandeira que se dirigiu para a região estava sob o comando de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau; ela partiu de São Paulo em 1590 e após três anos, provavelmente, chegou aos sertões de Goiás, no leste do Tocantins.

Foi o bandeirante vicentino (saído da vila de São Vicente) Antônio Rodrigues Arzão o primeiro a encontrar ouro em quantidade em Minas Gerais, no atual município de Cataguases, em 1693; mais tarde, em 1718, encontrou-se ouro em Cuiabá, de forma que Goiás, geograficamente situado entre as duas capitanias, passou a ser considerada uma área que também guardava o precioso metal em seu subsolo.

Partindo dessa ideia o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, chamado de *Anhanguera* ("diabo que põe fogo na água") conseguiu licença do rei de Portugal para explorar a região. Daí vem o povoamento da região de Goiás. Anhanguera não foi o primeiro a chegar à região, mas sim seu primeiro povoador, já que os bandeirantes e jesuítas não se fixaram na região.



## **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PALMAS**

### **TÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

##### **CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - O Município de Palmas, parte integrante do Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno e autônomo nos termos assegurados pela Constituição Federal, rege-se por esta Lei Orgânica, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

§ 1º - A Sede do Município dá-lhe o nome. (Redação dada pela Emenda nº 53, de 16 de maio de 2006).

§ 2º - As Sedes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais

ficam transferidas para o Distrito de Taquaruçu no dia 1º de Junho de cada ano, respeitando o disposto no artigo 3º da Constituição Estadual, em homenagem ao Município de Taquarussu do Porto, pela concessão de sua territorialidade, para a implantação da Capital do Estado. (Redação dada pela Emenda nº 53, de 16 de maio de 2006).

Art. 2º - Os limites do território do Município só podem ser alterados na forma estabelecida na Constituição Federal ou Estadual.

Parágrafo Único - A criação, organização e supressão de distritos competem ao Município, observado o disposto no art. 67 da Constituição Estadual.

Art. 3º - São símbolos do Município de Palmas sua bandeira, seu hino e seu brasão de armas.

Art. 4º - O Município concorrerá, nos limites de sua competência, para a consecução dos objetivos fundamentais da República (Art. 3º da C.F.) e prioritários do Estado do Tocantins. (Redação dada pela Emenda nº 49, de 11 de abril de 2002)

Parágrafo Único - O Município de Palmas buscará de forma permanente a integração econômica, política, social e cultural com os municípios que integram a mesma região.

##### **CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA**

Art. 5º - Ao Município de Palmas compete prover tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I- organizar-se juridicamente, promulgar leis, decretar atos e medidas de seu peculiar interesse;

II- elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, no que couber nos termos do art. 165 da Constituição Federal;

III- Instituir e arrecadar os tributos de sua competência e fixar e cobrar preços, bem como aplicar suas receitas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas;

IV- organizar e prestar diretamente ou sob regime de autorização, concessão ou permissão, através de licitação sempre que necessárias, os seus serviços públicos;

V- dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus bens, observada a legislação federal pertinente;

VI- adquirir bens para integrarem o patrimônio municipal, inclusive através de desapropriação, por necessidade ou por utilidade pública, ou por interesse social, nos termos da legislação federal pertinente; (Redação dada pela Emenda nº 49, de 11 de abril de 2002)

VII- elaborar o seu Plano Diretor;



### LEI Nº 14.640, DE 31 DE JULHO DE 2023

Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral.

Art. 2º O Programa Escola em Tempo Integral compreenderá estratégias de assistência técnica e financeira para induzir a criação de matrículas na educação básica em tempo integral em todas as redes e sistemas de ensino, na forma desta Lei.

Parágrafo único. As estratégias direcionadas à indução de matrículas de ensino médio em tempo integral articulado à educação profissional técnica poderão utilizar-se da sistemática prevista no programa de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, na forma prevista em ato do Ministro de Estado da Educação.

Art. 3º A União é autorizada a transferir os recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, conforme disponibilidade orçamentária.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se matrículas em tempo integral aquelas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em 2 (dois) turnos, desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo.

§ 2º Consideram-se novas matrículas aquelas criadas ou aquelas convertidas de jornada parcial para jornada integral a partir de janeiro de 2023.

§ 3º A criação de matrículas na educação básica em tempo integral:

I - considerará o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 7º da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

II - ocorrerá obrigatoriamente em escolas com propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e concebidas para oferta em jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral; e

III - priorizará as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 4º O fomento instituído pelo Programa Escola em Tempo Integral compreenderá o período entre a pactuação da nova matrícula na educação básica em tempo integral no sistema do Ministério da Educação e o início do recebimento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 5º As transferências de recursos serão realizadas em 2 (duas) parcelas, após as seguintes etapas:

I - pactuação pelo ente federativo com o Ministério da Educação das novas matrículas na educação básica em tempo integral; e

II - declaração pelo ente federativo da criação das matrículas no sistema do Ministério da Educação.

§ 1º O número máximo de novas matrículas a serem pactuadas em cada ente federado será limitado, em uma primeira oferta do Programa Escola em Tempo Integral, por distribuição definida pelo Ministério da Educação, consideradas a proporção já existente de matrículas em tempo integral na rede pública do ente, as necessidades de atingimento da respectiva meta do Plano Nacional de Educação e a disponibilidade de recursos para o Programa.



## Conhecimentos Específicos

A ação pedagógica, a família e a comunidade são elementos interligados e fundamentais no processo educacional, especialmente no contexto da educação básica contemporânea. Para compreender essa inter-relação, é necessário explorar os aspectos históricos, filosóficos e sociológicos que moldam a educação hoje.

Historicamente, a educação básica tem evoluído significativamente desde os primeiros sistemas formais de ensino. No passado, a educação era muitas vezes elitista e acessível apenas a uma pequena parcela da população. As famílias aristocráticas e burguesas eram as principais beneficiárias de um sistema educativo que visava preparar seus filhos para posições de liderança e influência. Com o tempo, especialmente a partir do século XIX, a educação começou a ser vista como um direito fundamental de todos os cidadãos, e movimentos para a educação pública e gratuita ganharam força em diversas partes do mundo. Este período marcou uma mudança significativa, onde a responsabilidade pela educação começou a se estender além da família, envolvendo o Estado e a comunidade em um esforço conjunto para garantir o acesso universal à educação.

Os aspectos filosóficos da educação básica contemporânea são profundamente influenciados por várias correntes de pensamento que emergiram ao longo dos séculos. Filósofos como John Dewey promoveram a ideia de que a educação deve ser centrada no aluno e baseada na experiência, defendendo uma pedagogia ativa e participativa. Dewey acreditava que a educação não é apenas a transmissão de conhecimentos, mas sim um processo de crescimento e desenvolvimento pessoal que prepara o indivíduo para a vida em sociedade. Essa perspectiva filosófica enfatiza a importância da interação entre a escola, a família e a comunidade, argumentando que o aprendizado ocorre em um contexto social e cultural mais amplo.

Outro filósofo influente, Paulo Freire, trouxe uma abordagem crítica e emancipadora para a educação. Freire criticava os métodos tradicionais de ensino, que ele chamava de “educação bancária”, onde os alunos são vistos como receptáculos passivos de conhecimento. Em vez disso, ele propôs uma educação dialógica e participativa, onde alunos e professores aprendem juntos em um processo de co-construção do conhecimento. Freire destacou a importância de entender o contexto social e cultural dos alunos, incorporando suas experiências e conhecimentos na prática educativa. Esta abordagem reforça a necessidade de uma colaboração estreita entre a escola, a família e a comunidade para criar um ambiente de aprendizado significativo e transformador.

Do ponto de vista sociológico, a educação básica contemporânea é vista como uma instituição social que desempenha um papel crucial na reprodução e transformação das estruturas sociais. A sociologia da educação examina como fatores como classe social, gênero, etnia e cultura influenciam o acesso e o sucesso educacional. Pesquisas sociológicas mostram que a participação ativa das famílias e comunidades no processo educacional pode mitigar desigualdades e promover uma educação mais equitativa. A teoria do capital social, por exemplo, argumenta que redes sociais fortes e relações de confiança entre famílias, escolas e comunidades podem melhorar os resultados educacionais ao fornecer suporte emocional, social e material para os alunos.

A ação pedagógica, portanto, não pode ser vista isoladamente. Ela é moldada e influenciada pelas interações entre a escola, a família e a comunidade. A pedagogia contemporânea reconhece a importância de criar parcerias colaborativas entre esses três elementos para apoiar o desenvolvimento integral dos alunos. Ações pedagógicas bem-sucedidas muitas vezes envolvem a participação ativa dos pais na educação dos filhos, tanto em casa quanto na escola. Isso pode incluir atividades como ajudar com os deveres de casa, participar de reuniões escolares, apoiar eventos e projetos escolares, e criar um ambiente doméstico que valorize e promova o aprendizado.

A comunidade também desempenha um papel vital na ação pedagógica. Comunidades que valorizam a educação e estão envolvidas nas escolas locais tendem a criar um ambiente mais favorável ao aprendizado. Projetos comunitários, parcerias com organizações locais e o envolvimento de líderes comunitários podem enriquecer a experiência educacional dos alunos e fornecer recursos adicionais que complementam o ensino formal. A participação da comunidade pode incluir desde o apoio a atividades extracurriculares até a colaboração em iniciativas de desenvolvimento profissional para professores.